
***Mata de Santa
Genebra
Transmissão S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

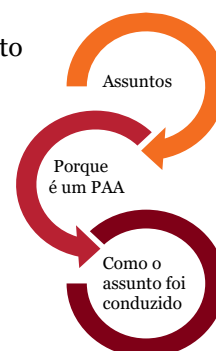
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica	
Conforme mencionado nas Notas 4.2 e 9 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado na rubrica de “Ativos de concessão” o montante de R\$ 3.192.005 mil, o que representa 90% do ativo total da Companhia. O Ativo de concessão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração do ativo de contrato de concessão requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da Administração para a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixas futuros, bem como determinação das margens de lucro esperadas na obrigação de performance identificada. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia. Devido à relevância dos valores e ao grau de julgamento aplicado na determinação das premissas utilizadas, consideramos essa área como foco da auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entedimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance e entedimento das condições pactuadas, entre elas o preço definido e a existência de margem no contrato. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão dos modelos de fluxo de caixa. Efetuamos a leitura das divulgações elaboradas pela Companhia nas suas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as premissas e julgamentos significativos utilizados pela Administração na mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras..

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

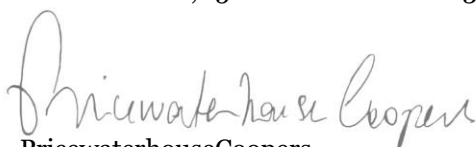
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A

CNPJ Nº 19.699.063/0001-06

Sociedade Anônima de Capital Fechado

Av Jundiaí, 1184, 5º Andar – Anhangabaú – Jundiaí - SP

CEP 13208-053

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Senhores Acionistas,

A Administração da **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (MSG)**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi de grandes desafios para a Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. – MSG, a qual, além de manter todas as instalações em operação comercial plena e permanecer com as rotinas de operação e manutenção das instalações, precisou lidar com os reflexos gerados pela guerra entre Ucrânia e Rússia, que culminou no desabastecimento da cadeia de suprimentos de diversos produtos necessários para aquisição de sobressalentes de subestações para a MSG. Apesar de tal fato ter ocasionado atrasos na entrega de materiais e equipamentos, houve um avanço significativo quanto à aquisição de um conjunto de sobressalentes para atendimento das Linhas de Transmissão, cuja conclusão está prevista para o início de 2023.

Além desses fatores, a MSG, em atenção às recomendações e entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em continuidade às ações adotadas nos exercícios anteriores para o estabelecimento da estrutura administrativa definitiva da Companhia, promoveu a transição das atividades das áreas de auditoria e integridade, contábil, direito público e gestão de processos judiciais, regulatória, recursos humanos, administrativo e financeiro, gestão de receita e suprimentos para os profissionais da Copel, em razão dos Contratos de Compartilhamento de Recursos Humanos celebrados com a Copel Geração e Transmissão S.A. e Copel Holding.

Ainda, reformou e aprovou o novo Estatuto Social da Companhia, que, dentre as alterações realizadas, modificou a sua estrutura administrativa, a qual passou a ser composta por 03 (três) Diretores, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Técnico e um Diretor Financeiro e de Suprimentos, auxiliados por até 07 (sete)

Cargos Comissionados, sendo 02 (dois) por diretoria e 01 (um) designado como Agente de Controle Interno. Além disso, celebrou novo contrato de prestação de serviço continuado de apoio técnico e suporte administrativo-financeiro, após a revisão dos cargos terceirizados previsto no contrato anterior, de acordo com a necessidade da Companhia frente à reestruturação administrativa.

Ademais, quanto ao aspecto econômico financeiro, o Empreendimento auferiu, no ano de 2022, receita operacional na ordem de R\$ 313.584 mil, porém, com os descontos de indisponibilidades e penalidades, a Companhia recebeu líquido R\$ 293.461 mil. Além desses valores, a Companhia recebeu mensalmente, mediante disponibilização das certidões negativas, o repasse da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de transmissão de energia elétrica às concessionárias de transmissão, conforme REN ANEEL 77/2004. No exercício findo em 31.12.2022 a Companhia recebeu e/ou provisionou o montante de R\$ 18.943 mil, totalizando juntamente com a RAP um total de R\$ 312.404 mil.

Os Investimentos realizados na aquisição de máquinas, equipamentos, materiais, gastos ambientais, fundiários e na construção das instalações de Transmissão no ano de 2022, atingiram o montante de R\$ 22.878 mil.

No mais, a MSG segue com o firme propósito assumido no Contrato de Concessão 01/2014, de 14.05.2014, em contribuir para o escoamento de energia vinda das Usinas Santo Antonio, Jirau, Teles Pires e Belo Monte para os Estados de São Paulo e Paraná, contribuindo assim com o desenvolvimento do Brasil.

A Administração agradece a confiança de seus acionistas, a participação efetiva de fornecedores, financiadores e órgãos governamentais na implantação e operação das instalações de transmissão detidas pela Companhia destacando o empenho de seus colaboradores e do corpo técnico das empresas acionistas pelo trabalho desempenhado ao longo de 2022, que foi fundamental para o atingimento dos objetivos da Companhia.

1. Perfil da empresa

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (MSG) é uma Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica que atua no setor de transmissão, cujas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Constituída, em 11.12.2013, como Sociedade Anônima de Capital Fechado, tem sede na Av. Jundiaí, 1184, 5º Andar, Anhangabaú, Jundiaí-SP.

A sociedade é formada pela COPEL Geração e Transmissão S.A., com sede em Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, CNPJ/MF nº 04.370.282/0001-70, detentora de 50,1% das ações ordinárias, e por Furnas Centrais Elétricas S.A., com sede no município e estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha, 26, lojas A e B, salas 201 a 2101, CNPJ/MF nº 23.274.194/0001-19, detentora de 49,9% das ações ordinárias da transmissora.

Responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão integradas à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, pelo período de 30 (trinta) anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

2. Governança

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e seu Conselho Fiscal encontra-se instalado permanentemente. A Companhia conta, ainda, com o Comitê de Auditoria Estatutário, órgão independente, responsável por assessorar o Conselho de Administração, e com o Comitê de Indicação e Avaliação, órgão estatutário de caráter permanente, auxiliar dos acionistas, responsável por verificar a conformidade do processo de indicação e avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de Comitês Estatutários e ocupantes de Cargos Comissionados.

Conforme estabelecido no novo Estatuto Social, a Administração da MSG prevê o quantitativo de 3 (três) Diretores, 7 (sete) membros do Conselho de Administração e 3 (três) membros titulares do Conselho Fiscal.

Em 31.12.2022, a Companhia contava com 03 (três) Diretores, 07 (sete) membros do Conselho de Administração e 03 (três) membros titulares e 01 (um) suplente do Conselho Fiscal, sendo eles:

Conselho de Administração	Indicação	Conselho Fiscal	Indicação
Mauro José Bubniak	COPEL	Arion Rolim Pereira	COPEL
Caio Pompeu de Souza Brasil Neto	FURNAS	Luiz Eduardo Marques Moreira	FURNAS

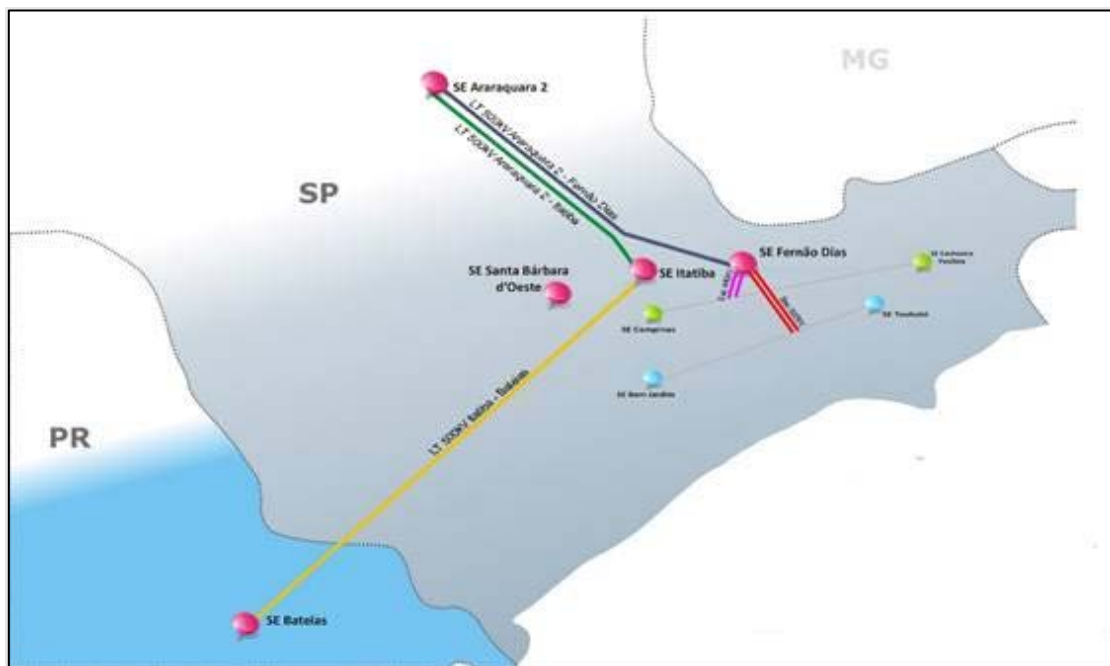
Victor Hugo Goes Ricco	FURNAS	Rodrigo Figueiredo Soria	FURNAS
Jairo Machado de Oliveira	FURNAS	Ricardo Vidinich	Suplente
Flávia Menegotto Battisti	Independente		
Antonio Pereira dos Santos Filho	Independente		
Carlos Alberto Marques da Silva	Independente		

Diretoria da Presidência	José Jurhosa Júnior
Diretoria Técnica	Rogério Pereira de Camargo
Diretoria Financeira e de Suprimentos	Eduardo Henrique Garcia

3. O Empreendimento

Compreendido nos Estados de São Paulo e do Paraná, o empreendimento, que totaliza 890 km de linhas de transmissão, possui as seguintes instalações:

- LT 500 kV Itatiba - Bateias, 414 km;
- LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba, 222 km;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias, 249 km;
- SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático ((± 300) MVar;
- SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (± 300) MVar;
- SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) x 400 MVA;
- Seccionamento da LT 500 kV Campinas-Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias;
- Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim-Taubaté na SE Fernão Dias.



As receitas da MSG provem de 36 Funções de Transmissão, agrupadas em 6 (seis) grupos distintos, a saber:

ITEM	% da RAP	DESCRIÇÃO
RAP 1	5,16%	Compensador Estático de Reativos - SE Santa Bárbara d'Oeste $\pm$ 300 MVar;
RAP 2	4,75%	Compensador Estático de Reativos SE Itatiba $\pm$ 300 MVar;
RAP 3	18,61%	LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba, 222 km;
RAP 4	33,21%	LT 500 kV Itatiba – Bateias, 414 km;
RAP 5	31,15%	LT 500 kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 249 km e SE Fernão Dias 500/440kV, 1.200 MVA (1º Banco de Autotransformador + Reserva);
RAP 6	7,12%	SE Fernão Dias 500/440 kV, 2.400 MVA (2º e 3º Bancos de Autotransformadores)

Em 2022 a MSG alcançou a marca de 99,8% de sua Receita Anual Permitida, que hoje é da ordem de R\$ 300,2 milhões (base julho/2022), o que coloca a MSG, no que diz respeito às receitas, entre as 20 maiores empresas de transmissão do Brasil, restando, apenas, a liberação de 10% relativo à RAP do

Compensador Estático de Reativos da SE Itatiba (RAP 2), cuja liberação já está sendo conduzida junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Sob o ponto de vista técnico, destacam-se os seguintes equipamentos:

- Os Compensadores Estáticos de Reativos - *Static Var Compensator* (SVC), instalados nas Subestações de Itatiba e Santa Bárbara do Oeste, que são os maiores já produzidos pela GE em todo mundo, ambos com $\pm 300\text{MVar}$ de potência. Além disso, neles foram instalados um sistema de controle inédito (ADC- *Advanced Control System*) e um novo modelo de válvulas tiristorizadas, as ATV500;
- Um moderno Banco de Capacitores Série, com 849 MVar, instalado na SE Bateias;
- Três Bancos de Autotransformadores 500/440 kV, com 1.200 MVA cada, instalados na SE Fernão Dias.

No que diz respeito às Linhas de Transmissão, todas são em 500 kV, Circuito Simples, e totalizam uma extensão de 890 km. São também dotadas de Bancos de Reatores em todas as Entradas de Linhas, que, juntos, somam 600 MVar.

No que diz respeito às Subestações, são 5 (cinco) instalações (Ampliação das SEs Araraquara 2, Bateias, Itatiba e Santa Bárbara do Oeste e a Construção da SE Fernão Dias).

O destaque é a Subestação Fernão Dias, que está situada na cidade de Atibaia, no estado de São Paulo, e integra um conjunto de instalações que promovem a interligação entre os Sistemas 500 kV e 440 kV, reforçando o atendimento do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

SE Fernão Dias em números:

- Área do terreno – 240.000 m²
- Área energizada – 90.000 m²
- 3.600 MVA de capacidade de transformação

Concessionárias que atuam na SE Fernão Dias, além da MSG:

- Furnas Centrais Elétricas S/A
- Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S/A (CTEEP)
- Cantareira Transmissora de Energia S/A
- Neoenergia Atibaia S/A

- TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S/A



Quanto às questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental, segue breve histórico e posicionamento atualizado:

- A Licença de Instalação (LI) 1096/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015, tendo a sua 1ª retificação em 05 de maio de 2016 e a 2ª retificação em 20 de outubro de 2016. O prazo de validade da LI era até 18 de dezembro de 2018 e, em 14 de agosto de 2018, foi protocolada solicitação de renovação da LI no IBAMA, sendo que atualmente a mesma foi substituída por quatro licenças de operação, conforme quadro abaixo.
- Durante a implantação foram realizados os 20 Programas Ambientais previstos no Plano Básico Ambiental do empreendimento, tendo sido protocolados no IBAMA (06) seis Relatórios Semestrais com a apresentação dos resultados alcançados durante esta fase;
- As Licenças de Operação emitidas com base na Licença de Instalação (LI) 1096/2015 foram as seguintes:
 - a. LO 1436/2018: ampliação da SE Santa Bárbara do Oeste e instalação do SVC;
 - b. LO 1519/2019: SVC da SE Itatiba e Seccionamento 500 kV da LT Campinas – Cachoeira Paulista;
 - c. LO 1555/2020: Seccionamento 500 kV da LT Bom Jardim – Taubaté;

- d. LO 1556/2020: Linhas de Transmissão 500 kV Itatiba - Bateias; Araraquara 2 - Fernão Dias; Araraquara 2 - Itatiba; da Subestação 500/440 kV Fernão Dias e das ampliações nas Subestações Itatiba, Bateias e Araraquara 2.

Entre maio de 2021 e dezembro de 2022, foram protocolados no IBAMA os seguintes relatórios:

- Relatório final de obras, apresentando ao órgão o resumo de todas as atividades de controle ambiental realizadas durante a fase de instalação;
- 1º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1555/2020;
- 2º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1555/2020;
- 1º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1556/2020;
- 2º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1556/2020;
- 3º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1436/2018;
- 4º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1436/2018;
- 2º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1519/2019;
- 3º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1519/2019.

Licenças de Operação Válidas

Nº LO	Escopo	Emissão	Expiração
1436/2018	Compensador Estático de Reativos da SE Santa Bárbara do Oeste	28/03/2018	27/03/2028
1519/2019	Compensador Estático de Reativos da SE Itatiba e Seccionamento da LT 500 kV Campinas - Cachoeira Paulista, interligado a SE Fernão Dias	04/06/2019	03/06/2029
1555/2020	Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim - Taubaté	05/03/2020	04/03/2030

1556/2020	Linhas de Transmissão 500 kV Itatiba - Bateias; Araraquara 2 - Fernão Dias; Araraquara 2 - Itatiba; da Subestação 500/440 kV Fernão Dias e das ampliações nas Subestações Itatiba, Bateias e Araraquara	05/03/2020	04/03/2030
-----------	---	------------	------------

4. Desempenho Operacional

As instalações da MSG estão subdivididas em subconjuntos, que foram agrupados em 27 (vinte e sete) unidades. O Desempenho Operacional vem sendo monitorado mensalmente, e os indicadores globais apontam para um índice geral de disponibilidade de 99,8% no ano de 2022. A evolução do desempenho de cada uma das funções está registrada na tabela a seguir:

Disponibilidade por Função de Transmissão (1º semestre)

Tipo Função Transmissão	Primeiro semestre - 2022					
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho
CE 300/-300 Mvar Santa Barbara d'Oeste CE1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	98,00
MG 440 kV Santa Barbara d'Oeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CE 300/-300 Mvar Itatiba CE1 SP	99,07	100,00	100,00	100,00	99,77	100,00
LT 500 kV ITATIBA/BATEIAS C1 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CR 525 kV 765 Mvar BATEIAS CR1 PR	100,00	99,57	100,00	100,00	97,71	100,00
MG BATEIAS/CCO	100,00	97,36	100,00	100,00	100,00	100,00
MG ITATIBA/CCO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RT 500kV 90 Mvar ITATIBA RT1 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RT 500kV 30 Mvar ITATIBA RTR2 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 1 90 Mvar - 500 kV Bateias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RT 525kV 30 Mvar BATEIAS RTR1 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
LT 500 kV ARARAQUARA 2 /ITATIBA C-1 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
MG ARARAQUARA 2	100,00	100,00	100,00	100,00	99,45	100,00
REA RT 3 136 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 24P5 Mvar ARARAQUARA 2 RTR2 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 45,3 Mvar Araraquara 2 RTR1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 24P5 Mvar ITATIBA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Itatiba	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
LT 500 kV Araraquara 2/Fernão Dias c1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
MG FERNÃO DIAS	100,00	98,92	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 1 136 Mvar - 500 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 45,3 Mvar Fernão Dias RTR1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TR1 500/440 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TR2 500/440 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TR3 500/440 kV Fernão Dias	95,96	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TRR1 500/440 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

CNPJ/MF 19.699.063/0001-06

Disponibilidade por Função de Transmissão (2º semestre)

Tipo Função Transmissão	Segundo semestre - 2022					
	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
CE 300/-300 Mvar Santa Barbara d'Oeste CE1	100,00	100,00	100,00	98,62	100,00	100,00
MG 440 kV Santa Barbara d'Oeste	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
CE 300/-300 Mvar Itatiba CE1 SP	96,70	99,72	98,64	98,90	100,00	99,33
LT 500 kV ITATIBA/BATEIAS C1 SPPR	96,70	100,00	100,00	100,00	99,55	100,00
BS 525 kV 849 Mvar BATEIAS CR1 PR	99,70	100,00	100,00	98,99	99,55	89,84
MG BATEIAS/CCO	100,00	99,18	100,00	100,00	100,00	100,00
MG ITATIBA/CCO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RT 500kV 90 Mvar ITATIBA RT1 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RT 500kV 30 Mvar ITATIBA RTR2 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 1 90 Mvar - 500 kV Bateias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RT 525kV 30 Mvar BATEIAS RTR1 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
LT 500 kV ARARAQUARA 2 /ITATIBA C-1 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
MG ARARAQUARA 2	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 3 136 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 24P5 Mvar ARARAQUARA 2 RTR2 SP	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 45,3 Mvar Araraquara 2 RTR1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 24P5 Mvar ITATIBA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Itatiba	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
LT 500 kV Araraquara 2/Fernão Dias c1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
MG FERNÃO DIAS	100,00	100,00	100,00	99,55	100,00	100,00
REA RT 1 136 Mvar - 500 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
RTR 500 kV 45,3 Mvar Fernão Dias RTR1	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TR1 500/440 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TR2 500/440 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TR3 500/440 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	99,04	100,00	100,00
TRR1 500/440 kV Fernão Dias	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Disponibilidade – Indicadores

Tipo Função Transmissão	Média dos Indicadores, por Função de Transmissão	Média geral das Disponibilidades	Comparativo entre as médias
CE 300/-300 Mvar Santa Barbara d'Oeste CE1	99,72	99,876	- 0,158
Modulo Geral 440 kV Santa Barbara d'Oeste CCO - 2014 -	100,00	99,876	0,124
CE 300/-300 Mvar Itatiba CE1 SP	99,34	99,876	- 0,532
LT 500 kV ITATIBA/BATEIAS C1 SPPR	99,69	99,876	- 0,188
CR 525 kV 765 Mvar BATEIAS CR1 PR	98,78	99,876	- 1,096
MG BATEIAS/CCO 2014 -001-RB	99,71	99,876	- 0,164
MG ITATIBA/CCO 2014 -001-RB	100,00	99,876	0,124
RT 500kV 90 Mvar ITATIBA RT1 SP	100,00	99,876	0,124
RT 500kV 30 Mvar ITATIBA RTR2 SP	100,00	99,876	0,124
REA RT 190 Mvar - 500KV Bateias	100,00	99,876	0,124
RT 525kV 30 Mvar BATEIAS RTR1 SP	100,00	99,876	0,124
LT 500 kV ARARAQUARA2/ITATIBA C -1 SP	100,00	99,876	0,124
MG ARARAQUARA2/CCO-2014-001-RB	99,95	99,876	0,078
REA RT3 136 Mvar - 500 KV Araraquara 2	100,00	99,876	0,124
RTR 500 kV 24P5 Mvar ARARAQUARA 2 RTR2 SP	100,00	99,876	0,124
REA RT2 73,5 Mvar - 500kV Araraquara 2	100,00	99,876	0,124
RTR 500 kV 45,3 Mvar Araraquara2 RTR1	100,00	99,876	0,124
RTR 500 kV 24P5 Mvar ITATIBA RTR1 SP	100,00	99,876	0,124
REA RT 2 73,5 Mvar - 500kV Itatiba	100,00	99,876	0,124
LT 500kV Araraquara2/Fernão Dias c1	100,00	99,876	0,124
MG FERNÃO DIAS	99,87	99,876	- 0,003
REA RT 1 136 Mvar - 500kV Fernão Dias	100,00	99,876	0,124
RTR 500kV 45,3 Mvar Fernão Dias RTR1	100,00	99,876	0,124
TR1 500/440 KV Fernão Dias	100,00	99,876	0,124
TR2 500/440 KV Fernão Dias	100,00	99,876	0,124
TR3 500/440 KV Fernão Dias	99,58	99,876	- 0,293
TRR1 500/440 KV Fernão Dias	100,00	99,876	0,124

5. Indicadores Econômico-financeiros

Seguem os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia, para o período.

5.1. Receita Operacional Líquida – ROL

Em 2022, a Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. – MSG apurou uma Receita Operacional Líquida – ROL de R\$ 415.526 mil, representando um decréscimo de 2,6%, R\$ 11.047 mil em relação a 2021. O impacto foi, principalmente, devido à redução do IPCA no período (5,78% em 2022 e 10,06% em 2021), parcialmente compensada pela reversão, em 2022, de provisão por indisponibilidade, constituída em 2021.

5.2. Custos e despesas Operacionais:

Os custos e despesas operacionais, excetuando o custo de construção e depreciação, totalizaram R\$ 45.595 mil e, apresentaram um aumento de R\$ 659 mil, 1,5% superior ao registrado em 2021, impactado, principalmente, pelo aumento das despesas operacionais, compensado parcialmente pela redução no custo de operação, uma vez que, em 2021, houveram gastos extraordinários com manutenções decorrentes dos sinistros em torres de transmissão.

5.3. Resultado do Exercício

O Resultado do exercício, totalizou R\$ 112.056 mil, apresentando uma variação negativa de R\$ 14.038 mil, uma redução de 11,13% em relação ao exercício anterior, que registou um lucro de R\$ 126.094 mil. O impacto foi, principalmente, devido à redução do IPCA (5,74% em 2022 e 10,06% em 2021) nas receitas.

5.4. EBITDA:

A companhia alcançou, em 2022, um EBITDA ajustado de R\$ 248.197 mil, uma margem de 59,7%, em relação à receita operacional líquida. Os principais montantes que impactaram o resultado de 2022 foram, a Receita Anual Permitida - RAP, custos de operação e manutenção, custos com folha de pagamento e outros serviços operacionais.

5.5. Investimento:

Para o ano de 2023, foi aprovado no orçamento da companhia um total de investimentos no valor de R\$ 65.175 mil.

5.6. Endividamento:**5.6.1. Debêntures:**

A Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2 por 3 (três) anos seguidos ou 4 (quatro) anos intercalados, com base nas demonstrações financeiras auditadas, a partir de 31 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atingiu o ICSD de 1,57.

O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando debentures é:

Vencimento	Valor
2024	61.201
2025	67.197
2026	73.125
2027	82.510
2028	88.279
Após 2028	<u>1.296.483</u>
	<u>1.668.794</u>

5.7. Dividendos:

No exercício findo em 31.12.2022 a Companhia auferiu lucro de R\$ 112.056 mil. Com isso, propõe-se, após as destinações legais, uma distribuição de dividendos no valor de R\$ 26.613 mil.

6. Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 a MSG informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes, *PwC – PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

7. Encerramento e agradecimentos

Desde a decretação pela OMS da pandemia da COVID-19, a MSG passou a monitorar possíveis impactos sobre a implantação do empreendimento e sobre suas finanças. Até a presente data os efeitos da crise sanitária sobre a Companhia não trouxeram impactos negativos nas atividades de implantação, o que permitiu a conclusão do projeto dentro dos cronogramas ajustados e as finanças da Companhia não sofreram qualquer perda, tendo o principal indicador monitorado, a inadimplência, seguido dentro dos padrões verificados antes da pandemia. No mesmo sentido, justamente por não ter sofrido impactos de maior gravidade, a MSG não necessitou fazer contratações de emergência, nem observou gastos adicionais para mitigar os efeitos da pandemia.

A Administração da MSG, comprometida com a operação deste empreendimento na forma prevista pelo Plano de Negócios, direciona seus esforços para contribuir com a melhoria do sistema elétrico brasileiro e agradece a seus acionistas, fornecedores, colaboradores e órgãos governamentais.

Jundiaí, 31 de dezembro de 2022.

Assinado

D4Sign

José Jurhosa Júnior
Diretor-Presidente

Assinado

D4Sign

Eduardo Henrique Garcia
Diretor Financeiro e de Suprimentos

Assinado

D4Sign

Rogério Pereira de Camargo
Diretor Técnico

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1. Contexto Operacional	8
2. Concessão	8
3. Base de preparação	8
4. Políticas contábeis	10
5. Caixa e equivalentes de caixa	15
6. Títulos e valores mobiliários	15
7. Clientes	15
8. Tributos	16
9. Ativos da concessão	17
10. Fundos vinculados	19
11. Imobilizado	19
12. Fornecedores	19
13. Partes relacionadas	20
14. Debêntures	21
15. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	22
16. Provisões para Litígios e Passivo Contingente	22
17. Patrimônio líquido	24
18. Receita operacional líquida	25
19. Custo de operação	26
20. Resultado financeiro	26
21. Instrumentos financeiros	27
22. Coberturas de seguros	30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Balancos Patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.903	17.036
Títulos e valores mobiliários	6	119.279	369.992
Clientes	7	31.764	21.758
Impostos a recuperar	8	15.199	15
Ativos da concessão	9	323.419	295.768
Fundos vinculados	10	16.915	5.283
Outros ativos circulantes		189	267
		539.668	710.119
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativos da concessão	9	2.868.586	2.720.238
Fundos vinculados	10	137.286	15.707
Impostos a recuperar	8	40.640	21.448
Outros		157	63
		3.046.669	2.757.456
Imobilizado	11	196	178
Intangível		94	157
Direito de uso de ativos	15	874	1.063
		3.047.833	2.758.854
TOTAL DO ATIVO		3.587.501	3.468.973

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (continuação)

Em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	13.335	28.524
Salários e encargos sociais		625	825
Obrigações fiscais	8	421	2.347
Dividendos a pagar	17.4	26.613	27.173
Debêntures	14	70.775	45.898
Passivo de arrendamentos	15	353	305
Outras contas a pagar		-	17.341
Outros passivos circulantes		1.650	1.471
		113.772	123.884
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	14	1.668.794	1.630.306
Passivo de arrendamentos	15	556	877
Tributos diferidos	8	385.739	294.272
Provisões para litígios	16	35.134	493
Outros		1.748	-
		2.091.971	1.925.948
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital social		1.209.074	1.331.900
Reserva legal		11.324	5.721
Reservas de lucros		161.360	81.520
		1.381.758	1.419.141
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.587.501	3.468.973

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	415.526	426.573
Custo de operação	19	(49.843)	(60.453)
LUCRO BRUTO		365.683	366.120
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Pessoal		(10.435)	(7.439)
Materiais		(32)	(24)
Serviços de Terceiros		(4.679)	(4.614)
Tributos		(887)	(378)
Arrendamentos		(98)	(85)
Depreciação e Amortização		(477)	(370)
Seguros		(207)	(255)
Recuperação de despesas		3	429
Provisões e Reversões		(537)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.280)	219
		(18.629)	(12.517)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		347.054	353.603
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		42.329	5.543
Despesas financeiras		(219.651)	(167.653)
		(177.322)	(162.110)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		169.732	191.493
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(2.203)	(22.524)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(55.473)	(42.875)
		(57.676)	(65.399)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		112.056	126.094
RESULTADO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO (em R\$)		0,0927	0,0947

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO		112.056	126.094
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		112.056	126.094

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		1.331.900	-	-	(11.680)	1.320.220
Lucro líquido do exercício		-	-	-	126.094	126.094
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal		-	5.721	-	(5.721)	-
Dividendos		-	-	-	(27.173)	(27.173)
Reserva de retenção de lucros		-	-	81.520	(81.520)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.331.900	5.721	81.520	-	1.419.141
Redução de capital	17.1	(122.826)	-	-	-	(122.826)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	112.056	112.056
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	17.4	-	5.603	-	(5.603)	-
Dividendos	17.4	-	-	-	(26.613)	(26.613)
Reserva de retenção de lucros		-	-	79.840	(79.840)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.209.074	11.324	161.360	-	1.381.758

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	NE	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		112.056	126.094
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		217.770	162.516
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	9	(384.394)	(435.667)
Imposto de renda e contribuição social	8.3	2.203	22.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	55.473	42.875
PIS e COFINS diferidos	8.1.1	5.280	15.841
Depreciação e amortização		477	370
Provisões contratuais		-	22.311
Provisão (reversão) de indisponibilidade da linha		(10.942)	13.696
Provisões para litígios	16	537	-
Outros		-	26
		(1.540)	(29.414)
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais		(13.685)	(8.977)
Clientes	7	(10.006)	2.079
Impostos a recuperar	8.2	(3.663)	(10.981)
Outros ativos		(16)	(75)
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais		(33.185)	(28.375)
Fornecedores	12	(15.189)	(37.143)
Obrigações fiscais	8.2	(1.926)	9.690
Salários e encargos sociais		(200)	105
Passivo de arrendamentos	15	(457)	9
Partes relacionadas		-	(1.377)
Outras contas a pagar		(17.341)	-
Outros passivos circulantes		1.928	341
CAIXA UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(48.410)	(66.766)
Amortização do ativo de concessão	9	274.922	246.173
Pagamento de IRPJ e CSLL		(2.203)	(36.392)
Pagamento de juros debêntures	14	(105.322)	(11.325)
Pagamento de juros empréstimo		-	(74.943)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		118.987	56.747
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e valores mobiliários	6	250.713	(331.342)
Aquisição de imobilizado	11	(51)	(342)
Aquisição de intangível		(50)	(82)
Adição ao ativo de concessão	9	(21.480)	(46.474)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		229.132	(378.240)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Redução de capital	17.1	(122.826)	-
Fundos vinculados	10	(133.210)	18.944
Captação de debêntures		-	1.500.000
Custo de captação de debêntures		-	(35.648)
Amortização de debêntures	14	(49.043)	(14.987)
Amortização de empréstimos		-	(1.152.301)
Dividendos pagos		(27.173)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(332.252)	316.008
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.867	(5.485)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		17.036	22.521
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		32.903	17.036
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.867	(5.485)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A (“MSG” ou “Companhia”) é uma Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica que atua no setor de transmissão, cujas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Constituída em 11.12.2013, como Sociedade Anônima de Capital Fechado, tem como acionistas a Copel Geração e Transmissão S.A. (50,1%) e Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%). É responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão integradas à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, pelo período de 30 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

2. Concessão

A MSG arrematou o Lote A do leilão nº. 07/2013 - Aneel realizado em novembro de 2013. O escopo desse leilão foi composto pelas seguintes instalações nos estados de São Paulo e Paraná: (a) LT 500kV Itatiba - Bateias, 399 km; (b) LT 500kV Araraquara 2 - Itatiba, 207 km; (c) LT 500kV Araraquara 2 - Fernão Dias, 241 km; (d) SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; (e) SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; e (f) SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

O Aviso de Homologação e Adjudicação do leilão nº 07/2013 foi publicado no Diário Oficial da União em 24.03.2013. O Contrato de Concessão nº 01/2014 - Aneel foi assinado em 14.05.2014, pelo prazo de 30 anos, e previa a entrada em operação comercial em 42 meses após a sua celebração, com exceção dos 2º e 3º bancos de autotransformadores da SE Fernão Dias, cujo prazo deveria ter sido de 48 meses.

Todas as instalações já entraram em operação comercial:

RAP	LT/SE	%	Entrada em operação
RAP 1	Compensador Estático de Reativos – CER da SE Santa Bárbara D'Oeste	100%	mai/19
RAP 2	Compensador Estático de Reativos – CER da SE Itatiba	100%	mar/20
RAP 3	LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba	100%	abr/20
RAP 4	LT Itatiba – Bateias 500 kV	100%	mar/20
RAP 5	LT 500 Kv Araraquara 2 – Fernão Dias, 249 Km e SE Fernão Dias 500/440Kv, 1.200 MVA (1º Banco de Autotransformador + Reserva)	10%	fev/20
		60%	mai/20
		30%	nov/20
RAP 6	SE Fernão Dias 500/440 Kv, 2.400 MVA (2º e 3º Bancos de Autotransformadores)	100%	nov/20

3. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01.02.2023 e aprovada pelo Conselho de Administração em 10.02.2023, após manifestação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário.

3.1. Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

3.3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 4.1 - Instrumentos Financeiros.

3.3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 4.2 e 9 - Ativos de contrato;
- NEs nºs 4.3 e 7 - Perdas de créditos esperadas
- NEs nºs 4.4 e 16 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 4.5 - Reconhecimento de receita; e
- NEs nºs 4.7 e 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3.4. Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu, na data da aprovação das demonstrações financeiras, não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. Políticas contábeis

4.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

4.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

4.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4.1.3. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2. Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 4.7) e por sua remuneração financeira (NE nº 4.6).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica - RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

4.3. Redução ao valor recuperável de ativos

4.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

4.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao custo de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5. Reconhecimento da receita

4.5.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

4.5.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.6. Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão na fase construção foi de 1,65% e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.7. Tributos

4.7.1. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

4.7.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

4.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir do exercício de 2022, estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16 / CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

4.8.1. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

- (i) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	32.903	17.036
	32.903	17.036

6. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações financeiras – BB (a)	64.786	345.982
Aplicações financeiras – CEF	54.493	24.010
	119.279	369.992

(a) Os investimentos no Banco do Brasil são realizados através do BB RF CP CORPOR ÁGIL, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,2% a.a. e rentabilidade acumulada de janeiro a dezembro de 2022 foi de 10,64% (equivalente a 96% do CDI). Os investimentos da Caixa Econômica Federal, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,1% a.a. De janeiro a dezembro de 2022 a rentabilidade foi de 12,53% (equivalente a 101% do CDI). Saldo resgatado para a operação de redução de capital social, pagamento de dividendos e reclassificado para Fundos vinculados (NE nº 10).

7. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Encargos de uso da rede elétrica	29.797	166	1.914	31.877	21.821
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	(113)	(113)	(63)
	29.797	166	1.801	31.764	21.758

8. Tributos

8.1. Tributos diferidos

	31.12.2022	31.12.2021
Pis e Cofins diferidos (8.1.1)	(270.360)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (8.1.2)	(115.379)	(29.192)
	(385.739)	(29.192)

8.1.1. PIS e Cofins diferidos

Refere-se a PIS e Cofins diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e remuneração do ativo de concessão sob a alíquota de 9,25%.

	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado		Saldo em 31.12.2022
		Adições	Baixas	
Passivo não circulante				
Remuneração do ativo de concessão e receita de construção	(265.080)	(35.047)	29.767	(270.360)
Líquido	(265.080)	(35.047)	29.767	(270.360)

8.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2021	Transferên- cias (a)	Reconhecido no resultado		Saldo em 31.12.2022
			Adições	Baixas	
Ativo não circulante					
Prejuízo Fiscal / Base negativa	254.663	(87.629)		(1.036)	165.998
Diferenças Temporárias	6.028	-	30.041	(33.728)	2.341
	260.691	(87.629)	30.041	(34.764)	168.339
(-) Passivo não circulante					
Remuneração de Ativos de Concessão	(289.883)	56.915	(124.752)	75.340	(282.380)
Diferenças Temporárias	-		(1.338)	-	(1.338)
	(289.883)	56.915	(126.090)	75.340	(283.718)
Líquido	(29.192)	(30.714)	(96.049)	40.576	(115.379)

(a) Transferência para impostos a recuperar, referente valores recolhidos a maior, sem reflexo no resultado.

Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme projeções de fluxos de caixa futuros elaborados pela Companhia, de acordo com os fluxos decorrentes da entrada em operação e orçamento, a Companhia pretende utilizar os tributos diferidos até o final da concessão.

2023	24.360
2024	14.704
2025	15.529
2026	17.719
2027	20.890
2028 a 2030	75.726
2031 em diante	(284.307)
	(115.379)

8.2. Outros impostos a recuperar e obrigações fiscais

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
Imposto de renda e Contribuição social (a)	15.185	-
Tributos a recuperar	15	15
	15.200	15
Ativo não circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	40.509	21.317
Outros tributos a recuperar	131	131
	40.640	21.448
Passivo circulante		
Pis / Cofins	-	(1.634)
Outros tributos a pagar	(421)	(713)
	(421)	(2.347)

(a) Tributos em processo de restituição e/ou compensação em análise por parte da Receita Federal, sendo que parte do saldo foi utilizado para compensação dentro do exercício corrente. Contempla transferência contida na NE nº 8.1.2.

8.3. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	169.732	191.493
IRPJ e CSLL (34%)	(57.709)	(65.108)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	9	(315)
Adicional de IRPJ	24	24
IRPJ e CSLL correntes	(2.203)	(22.524)
IRPJ e CSLL diferidos	(55.473)	(42.875)
Alíquota efetiva - %	34,0%	34,2%

9. Ativos da concessão

Os ativos de concessão são registrados com base nas normas contábeis do ativo de contrato. O modelo de ativo contratual estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referente aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa implícita de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão.

Conforme previsão legal e disposições do contrato de concessão, no advento de seu termo final, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora. Esta disposição se estende aos bens originalmente públicos ou aplicados ao serviço por instrumentos de direito público (ex. expropriação), bens reversíveis adquiridos pela concessionária e à direitos reais e pessoais sobre bens de terceiros, públicos ou privados, como ocorre com as servidões de passagem para equipamentos de infraestrutura, sejam estes contraídos de forma amigável ou judicial. Devido ao fluxo

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

futuro depender da performance de operar e manter a infraestrutura o montante foi classificado como ativo de concessão.

Os saldos são compostos conforme quadro abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante	323.419	295.768
Ativo de Concessão – Amortizável	326.173	309.464
(-) Indisponibilidade da linha	(2.754)	(13.696)
Ativo não circulante	2.868.586	2.720.238
Ativo de Concessão – Amortizável	2.700.770	2.615.140
Ativo de Concessão – Indenizável	167.816	105.098

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos saldos:

Saldo em 31.12.2021	3.016.006
Adição	21.480
Provisão para litígios (a)	34.105
Atualização financeira	384.394
Amortização	(274.922)
Reversão de indisponibilidade de linha (NE nº 18)	10.942
Saldo em 31.12.2022	3.192.005

(a) Refere-se à melhor estimativa de indenização pelos desembolsos em processos judiciais que discutem o valor dos terrenos utilizados para servidões de passagem das linhas de transmissão, pleiteado pelos proprietários, conforme descrito na NE nº 16.1(d).

9.1. Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2022	31.12.2021
Margem de Construção	1,65%	1,65%
Margem de Operação e Manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração (a)	8,28% a.a.	8,28% a.a.
Índice de correção do contrato	IPCA	IPCA
RAP anual conforme Resolução Homologatória	300.257	268.731

(a) Taxa média ponderada do contrato

A próxima revisão tarifária será em 2024 (vigente a partir do mês de julho).

10. Fundos vinculados

	31.12.2022	31.12.2021
Aplicação CEF - Reserva Debêntures (a)	137.286	15.707
Aplicação CEF - Pagto Debêntures (b)	16.880	5.251
Aplicação BB - Caução Fornecedores	35	32
	154.201	20.990
	Circulante 16.915	5.283
	Não circulante 137.286	15.707

(a) Valores aplicados em fundos vinculados até o fim do contrato, com montante equivalente à 100% da parcela semestral vincenda.

(b) Montante destinado ao pagamento da próxima parcela das debêntures, que ocorrerá em maio de 2023.

11. Imobilizado

	31.12.2022	31.12.2021
Máquinas e equipamentos	108	82
Móveis e utensílios	88	96
	196	178

A movimentação do imobilizado está demonstrada nos quadros abaixo:

	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31.12.2022
Máquinas e equipamentos	82	51	-	(25)	108
Móveis e utensílios	96	-	-	(8)	88
	178	51	-	(33)	196

12. Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	4.314	4.275
Provisões contratuais	9.021	24.228
Outros	-	21
	13.335	28.524

No exercício findo em 31.12.2022 mantiveram-se as seguintes provisões contratuais de eventos já realizados para os quais ainda não foram realizados os pagamentos e emissão de documentos fiscais:

	31.12.2021	Adições	Baixas / Pagamentos	31.12.2022
Custo de construção				
EPC (EPC'istas)	4.605	98	(163)	4.540
Gestão fundiária	302	591	(203)	690
Engenharia do proprietário	12.853	-	(11.500)	1.353
Comissionamento	400	189	-	589
Telecomunicação	300	-	-	300
Compensação ambiental	1.751	1.347	(1.549)	1.549
	20.211	2.225	(13.415)	9.021
Outras provisões				
Manutenções de torres	3.800	-	(3.800)	-
Atualização monetária aluguel - Sede	47	-	(47)	-
Reajuste salarial	170	-	(170)	-
	4.017	-	(4.017)	-
Total	24.228	2.225	(17.432)	9.021

Custo de Construção

As provisões são constituídas, principalmente, de valores dos três Consórcios EPC'istas, referentes a custos imprevistos que decorreram de fatos supervenientes, dentre eles aqueles que redundaram na extensão do cronograma de implantação do empreendimento.

Além dos custos mencionados, e em menor volume, também foram provisionados os valores relativos às exigências do licenciamento ambiental (obrigação de implantação do Plano Básico Ambiental) e valores de compensação ambiental definidos no Termo de Compromisso Ambiental nº 61/2019.

13. Partes relacionadas

	Passivo		Despesas	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladores				
Copel Geração e Transm. de Energia S.A.				
Serviços de O&M	3.222	-	(18.885)	(13.008)
Engenharia do proprietário (a)	1.353	1.353	-	(92)
Comissionamento (a)	400	400	-	-
Compartilhamento de custos	777	-	(2.069)	-
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento de custos	359	-	(956)	-
Furnas Centrais Elétricas S.A				
Telecomunicações (a)	300	300	-	-
Engenharia do proprietário	-	11.500	-	(10.474)
Manutenção de torres	-	3.800	3.677	-
	6.411	17.353	(18.233)	(23.574)

(a) Saldos a pagar para os quais ainda não foram emitidas as notas fiscais. Estes valores estão registrados em Fornecedores (NE nº 12).

Pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, formado pela Presidência, Diretorias, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, teve remuneração de R\$ 2.599 até 31.12.2022 (R\$ 2.347 em 31.12.2021).

14. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros do contrato (a.a.)	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
2ª (a)	15.04.2019	21	15.11.2030	IPCA + 4,95%	210.000	225.556	232.884
3ª, série 1 (b)	15.11.2021	19	15.11.2031	IPCA + 7,0605%	400.000	416.377	403.179
3ª, série 2 (c)	15.11.2021	31	15.11.2037	IPCA + 6,0762%	550.000	582.149	554.086
3ª, série 3 (c)	15.11.2021	39	15.11.2041	IPCA + 6,2339%	550.000	578.431	554.132
Dívida bruta						1.802.513	1.744.281
(-) Custo de transação						(62.944)	(68.077)
Dívida líquida						1.739.569	1.676.204
Circulante						70.775	45.898
Não circulante						1.668.794	1.630.306

Destinação:

(a) (c) Pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas a implantação do projeto.

(b) Reforço de caixa da Emissora e reperfilamento de seu endividamento; redução do capital social da Companhia.

Garantias: Fidejussória, Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito, Penhor de Ações

Pagamento de encargos: Semestral.

14.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

2024	61.201
2025	67.197
2026	73.125
2027	82.510
2028	88.279
Após 2028	1.296.483
	1.668.794

14.2. Mutação das debêntures

	Total
Em 31.12.2021	1.676.204
Encargos	217.730
Amortização - principal	(49.043)
Pagamento - encargos	(105.322)
Em 31.12.2022	1.739.569

14.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2 por 3 anos seguidos ou 4 anos intercalados, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, independentemente da realização de depósitos da Conta Complementação do ICSD em cada um dos períodos. Em 31.12.2022 a Companhia atingiu o ICSD de 1,57.

15. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

15.1. Direito de uso de ativos

	31.12.2021	Adições	Amortização	31.12.2022
Imóveis	1.063	143	(332)	874
	1.063	143	(332)	874

(a) A amortização do direito de uso ocorrerá em 5 anos e seu início ocorreu em julho de 2020.

15.2. Passivo de arrendamentos

	31.12.2021	Adições	Pagamento	Juros	31.12.2022
Imóveis	1.182	143	(457)	41	909
	1.182	143	(457)	41	909
Circulante	305				353
Não circulante	877				556

15.3. Vencimento das parcelas de longo prazo

Vencimentos	Valor
2024	367
2025	189
	556

16. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão são atendidos.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

16.1. Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Regulatórias				
Atrasos no empreendimento (a)	-	-	220.000	220.000
Excludente de responsabilidade (b)	-	-	76.672	150.000
Ação Anulatória (c)	-	-	12.085	-
	-	-	308.757	370.000
Cíveis				
Cíveis e Direito Administrativo	1.029	493	6.005	56
Servidões de passagem (d)	34.105	-	40.943	-
Desapropriações e patrimoniais	-	-	124	-
Ambientais (e)	-	-	4.862	3.681
	35.134	493	51.934	3.737
	35.134	493	360.691	373.737

- a) Com a postergação das datas de entrada em operação comercial e consequentemente o atraso das parcelas que compõem a RAP do empreendimento, ressalta registrar a Nota Técnica nº 0463/2018 - SCT - Aneel, apontada no termo de liberação parcial da Cantareira Transmissora de Energia S/A na qual a Aneel propôs descontar da MSG a RAP que deixou de ser recebida pela Cantareira no período de 03.03 2018 até o encerramento da pendência impeditiva de terceiros, limitada a 10% da RAP da MSG, conforme Processo 48500.002550/2018, com o valor estimado de R\$ 220.000, no qual foi emitido o Despacho Aneel nº 168/2019. A MSG protocolou pedido de reconsideração em função desta decisão, tendo a Aneel publicado o Despacho nº 446/2019 suspendendo os efeitos do Despacho recorrido. Posteriormente, a Diretoria decidiu, por meio do Despacho Aneel nº 796/2020, dar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela MSG, reconhecendo como nulos e sem efeitos todos os atos posteriores à Nota Técnica nº 0463/2018.
- b) A MSG interpôs Requerimento Administrativo com pedido de medida cautelar em 17.08.2018 perante a Aneel com objetivo de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso no cronograma face a ocorrência de fatos não imputáveis à MSG, a oponibilidade de qualquer imputação de multa ou inadimplência, execução e garantias, penalidades em geral e restrição de direitos, conforme consta no Processo nº 48500.004578/2018. Neste sentido, a Aneel proferiu o Despacho nº 741/2019 negando o pedido de medida cautelar, por entender não tramitar na Aneel nenhum procedimento que possa trazer prejuízo para a MSG. Posteriormente, a Diretoria decidiu, por meio do Despacho nº 3.323/2020, negar provimento ao Requerimento Administrativo, havendo a MSG interposto Pedido de Reconsideração contra essa decisão, o qual foi indeferido. Toda essa questão foi processada nos Autos 48500.006277/2018, no qual a MSG apresentou manifestação prévia.

Em 26.05.2022 a Aneel publicou o Despacho nº 1.339/2022, aplicando penalidade de multa no valor de R\$ 68.394, com data-base de abril de 2021, devendo ser atualizado pelo IPCA até a data do efetivo pagamento. Diante desta imposição, a Companhia impetrou Mandado de Segurança e pedido de Antecipação de Tutela Recursal, obtendo esta última, que não somente retirou eficácia, exigibilidade e exequibilidade da multa imposta, como também afastou qualquer oneração ou desembolso efetivo de recursos até a deliberação final e irrecorrível na esfera administrativa acerca do Pedido de Reconsideração apresentado pela Impetrante no Processo Administrativo. Posteriormente à obtenção da Antecipação de Tutela Recursal, foi protocolizado pedido de Tutela Cautelar Antecedente, a qual foi, em sede de Agravo de Instrumento, deferida para "determinar a "suspensão da multa de R\$ 68.394.410,16 (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dez reais e dezesseis centavos, na data-base de abril de 2021) aplicada por meio do Despacho ANEEL nº 1.339/2022, bem como afastar a exigência e a oponibilidade à Agravante de quaisquer ônus adicionais, imputação de multa ou inadimplência, execução de garantias, penalidades em geral e/ou restrição de direitos (inclusive perdas de receita de transmissão, compensações e/ou descontos sob a forma de parcela variável) correlata e/ou em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais previstos no Contrato de Concessão nº 01/2014- ANEEL", até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora".

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

- c) Procedimento comum cível que objetiva a suspensão liminar e anulação das decisões do ONS que impuseram a aplicação da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), tendo em vista que a indisponibilidade decorreu de ato de sabotagem em que a MSG foi vítima.
- d) Discussão entre o valor avaliado pela MSG para pagamento e o pleiteado pelo proprietário para instituição das servidões de passagem. A Administração, em função de mudanças nas circunstâncias, considerando algumas decisões judiciais deste tema em 2022, decidiu, de forma prospectiva, revisitar as estimativas de prováveis desembolsos futuros até o desfecho das referidas ações. Historicamente, a diferença positiva entre o valor oferecido pela MSG na petição inicial e o valor da indenização fixado em perícia e depositado judicialmente para fins de imissão provisória na posse era mantido nas decisões judiciais, de modo que o montante anteriormente depositado era suficiente para o adimplemento da indenização. No entanto, por meio do acompanhamento mensal dos processos, verificou-se que foram proferidas algumas decisões judiciais determinando a complementação do valor devido a título de indenização, ainda que em valores pouco significativos, mas que se tornou um ponto de atenção e deu início às tratativas com o escritório para verificar a necessidade de proceder à revisão de valor e risco dos processos fundiários. Diante disso e pelo fato de a diferença positiva entre o valor da indenização já fixado em perícia definitiva e o valor oferecido pela MSG na petição inicial, quando a perícia é acolhida pela sentença, não ser alterada pelas instâncias superiores, entendeu-se o risco de desembolso da aludida diferença é mais adequadamente classificado como passivo contingente até a prolação da sentença pelo Magistrado, que antes de decidir pelo acolhimento ou não do valor indicado no laudo pericial, irá ponderar e analisar as impugnações levantadas pelas partes. Contudo, após a prolação da sentença, sendo o valor da indenização fixado em patamar superior ao já depositado no processo, o risco de desembolso dessa diferença positiva passa a ser classificado como provável, mesmo que exista a possibilidade de interposição de recursos aos tribunais superiores, pois a probabilidade de desembolso de recursos a partir da sentença é sensivelmente superior à probabilidade de que tais recursos não sejam dispendidos. Tendo em vista que estes valores são passíveis de indenização, foram registrados em contrapartida do ativo de concessão, conforme detalhado na NE nº 9.
- e) Autos de infração emitidos pelo IBAMA em função de supostas irregularidades ambientais, tais como: não atendimento à condicionantes de vinculadas à licença de instalação, lançamento de substâncias oleosas em desconformidade à legislação, destinação inadequada de resíduos, descumprimento de obrigação prevista no sistema de logística reversa, entre outras questões.

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor	Qtde	%	Valor	Qtde	%
Copel	605.992	605.991.505	50,10%	667.282	667.281.900	50,10%
Furnas	603.082	603.082.053	49,90%	664.618	664.618.100	49,90%
Total	1.209.074	1.209.073.558	100,00%	1.331.900	1.331.900.000	100,00%

Em 25.02.2022, foi concluída a redução de capital da Companhia, no valor de R\$ 122.826, originalmente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas ("AGE") de 15.10.2021, com anuência prévia da Aneel concedida no Despacho nº 3.952, de 09.12.2021, e previsão nas escrituras da 2ª e 3ª emissões de debêntures.

17.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

17.3. Reserva de retenção de lucros

Constituída para atender as necessidades de investimentos e manutenção do capital de giro da Companhia mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente após as determinações

legais, absorção de prejuízos acumulados e proposição de dividendos. Essa reserva é suportada por orçamento de capital, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas.

17.4. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	112.056	126.094
(-) Absorção de prejuízo acumulado	-	(11.680)
Lucro líquido ajustado	112.056	114.414
Reserva legal (5%)	(5.603)	(5.721)
	106.453	108.693
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	26.613	27.173
	26.613	27.173

18. Receita operacional líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Receita Bruta		
Receita de operação e manutenção - O&M	73.342	48.608
Receita de juros efetivos	352.272	409.636
Receita de construção	14.280	23.897
Indisponibilidade da linha (a)	10.942	(13.696)
Outras receitas	1.637	-
	452.473	468.445
(-) Tributos sobre a receita		
Pis e Cofins s/ faturamento	(28.898)	(22.771)
Pis e Cofins diferidos	(5.280)	(15.841)
Encargos regulatórios	(2.769)	(3.260)
	(36.947)	(41.872)
Receita operacional líquida	415.526	426.573

a) Contempla reversão dos valores provisionados em função de queda de torres, em discussão judicial e com probabilidade de perda possível (NE nº 16.1c).

19. Custo de operação

	31.12.2022	31.12.2021
Edificações e obras civis	(591)	(17.440)
Máquinas e equipamentos (a)	(9.642)	(5.814)
Indenizações nas servidões (b)	(12.838)	(4.693)
Outros (c)	193	(87)
Custo de construção	(22.878)	(28.034)
Serviços de O&M	(19.231)	(17.387)
Serviços de terceiros (d)	(4.759)	(725)
Manutenções - sinistro em torres (e)	-	(12.109)
Outros	(2.975)	(2.198)
Total	(49.843)	(60.453)

(a) Custos residuais e compra de equipamentos sobressalentes.

(b) Custos de indenizações em ações judiciais de servidão.

(c) Montante positivo devido à reversão de despesas de viagens para o custo de operação.

(d) Aumentos dos custos conforme entrada em operação de todas as linhas de transmissão.

(e) Custos com manutenção emergencial em virtude de queda de torres.

20. Resultado financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	36.525	4.073
Atualização de depósitos judiciais	4.456	1.599
Juros sobre impostos a compensar (a)	3.350	-
(-) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(2.067)	(292)
Outras receitas financeiras	67	163
Total de receitas financeiras	42.329	5.543
 Variação monetária e encargos da dívida	 (218.470)	 (167.192)
Juros s/ passivo de arrendamento	(41)	(63)
Outras despesas financeiras	(1.140)	(398)
Total de despesas financeiras	(219.651)	(167.653)
Resultado financeiro	(177.322)	(162.110)

(a) Juros sobre impostos a compensar (NE nº 8.2).

21. Instrumentos financeiros

21.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	32.903	32.903	17.036	17.036
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	119.279	119.279	369.992	369.992
Fundos Vinculados (b)	10	1	154.201	154.201	20.990	20.990
			306.383	306.383	408.018	408.018
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		31.764	31.764	21.758	21.758
			31.764	31.764	21.758	21.758
Total dos ativos financeiros			338.148	338.148	429.776	429.776
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	12		13.335	13.335	28.524	28.524
Debêntures (c)	14		1.802.513	1.668.812	1.676.204	1.676.204
Total dos passivos financeiros			1.815.848	1.682.147	1.704.728	1.704.728

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

21.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações financeiras da Companhia são realizadas de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia estão detalhados a seguir.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**21.2.1. Risco de Crédito**

Risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha no cumprimento das obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	32.903	17.036
Títulos e valores mobiliários (a)	119.279	369.992
Fundos Vinculados (a)	154.201	20.990
Clientes (b)	31.764	21.758
	338.148	429.776

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, acompanhando com relatórios, informações das empresas que realizaram seus respectivos pagamentos na data correta, as empresas inadimplentes e o percentual de inadimplência na janela de pagamento. Detectada a inadimplência, a Companhia informa a situação diretamente ao cliente e caso não obtenha resposta, comunica o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

21.2.2. Risco de Liquidez

Risco representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

31.12.2022	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		4.330	45	8.435	525	-	13.335
Debêntures	NE nº 14	-	-	156.136	687.894	3.317.156	4.161.186

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

21.2.3. Risco de mercado

Risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,25% e IPCA - 5,31%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários Adverso e Remoto, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2022	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	119.279	14.612	10.959	7.306
Fundos Vinculados	Baixa CDI	154.201	18.890	14.167	9.445
		273.480	33.501	25.126	16.751
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta IPCA	(1.802.513)	(95.713)	(119.642)	(143.570)
		(1.802.513)	(95.713)	(119.642)	(143.570)

21.2.4. Pandemia do coronavírus

Desde a decretação pela OMS da pandemia da COVID-19, a MSG passou a monitorar possíveis impactos sobre a implantação do empreendimento e sobre suas finanças. Os efeitos da crise sanitária sobre a Companhia não trouxeram impactos negativos nas atividades de implantação, o que permitiu a conclusão do projeto dentro dos cronogramas ajustados bem como as finanças da Companhia não sofreram qualquer perda. O principal indicador monitorado, a inadimplência, seguiu dentro dos padrões verificados antes da pandemia. No mesmo sentido, justamente por não ter sofrido impactos de maior gravidade, a MSG não necessitou fazer contratações de emergência, nem observou gastos adicionais para mitigar efeitos da pandemia.

21.2.5. Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

22. Coberturas de seguros

Os principais seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância Segurada
Seguro D&O	22.10.2023	20.000
Seguro Garantia Judicial	03.02.2023	11.456
Seguro de Vida em Grupo	27.07.2023	300

Assinado

D4Sign

José Jurhosa Júnior
Diretor Presidente

Assinado

D4Sign

Eduardo Henrique Garcia
Diretor Financeiro e de Suprimentos

Assinado

D4Sign

Fernando de Lima dos Santos
Contador
CRC nº PR – 050585/O-9

Demonstrações Financeiras MSG 4º TRI - Final pdf

Código do documento 54b07f51-04c7-4908-83df-9d8d0351caf0



Assinaturas



jose jurhosa junior
jurhosa@msgtrans.com.br
Assinou



Eduardo Henrique Garcia
eduardo.garcia@msgtrans.com.br
Assinou

Eduardo Henrique Garcia



Rogério Pereira de Camargo
rogerio.camargo@msgtrans.com.br
Assinou

Rogério Pereira de Camargo



Fernando de Lima dos Santos
fernando.lsantos@copel.com
Assinou

Fernando de Lima dos Santos

Eventos do documento

14 Feb 2023, 19:12:31

Documento 54b07f51-04c7-4908-83df-9d8d0351caf0 **criado** por FELIPE NUNES SUAREZ (ffbe6a9d-acae-4bd5-b709-fc54181c6604). Email: felipe@msgtrans.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-14T19:12:31-03:00

14 Feb 2023, 19:15:19

Assinaturas **iniciadas** por FELIPE NUNES SUAREZ (ffbe6a9d-acae-4bd5-b709-fc54181c6604). Email: felipe@msgtrans.com.br. - DATE_ATOM: 2023-02-14T19:15:19-03:00

14 Feb 2023, 20:17:10

JOSE JURHOSA JUNIOR **Assinou** (5fafac6a-4b2b-4928-b72c-7d0103d1b35a) - Email: jurhosa@msgtrans.com.br - IP: 189.6.6.102 (bd060666.virtua.com.br porta: 47798) - Documento de identificação informado: 174.593.891-53 - DATE_ATOM: 2023-02-14T20:17:10-03:00

15 Feb 2023, 08:19:26

FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS **Assinou** - Email: fernando.lsantos@copel.com - IP: 200.1.114.58 (58.114.1.200.static.copel.com porta: 63316) - [Geolocalização: -25.4225859 -49.3424738](#) - Documento de identificação informado: 034.191.379-07 - DATE_ATOM: 2023-02-15T08:19:26-03:00

15 Feb 2023, 13:22:27

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMARGO **Assinou** - Email: rogerio.camargo@msgtrans.com.br - IP: 189.120.79.248



(bd784ff8.virtua.com.br porta: 62538) - Documento de identificação informado: 087.958.418-14 - DATE_ATOM:
2023-02-15T13:22:27-03:00

15 Feb 2023, 13:29:06

EDUARDO HENRIQUE GARCIA **Assinou** - Email: eduardo.garcia@msgtrans.com.br - IP: 187.70.121.175
(187-70-121-175.3g.claro.net.br porta: 35776) - Documento de identificação informado: 815.247.496-72 -
DATE_ATOM: 2023-02-15T13:29:06-03:00

Hash do documento original

(SHA256):fde1f5032b881c82345fbba0bd80f9f1b6dae249780f899ed92c8a914c6f791f

(SHA512):5f1892c22859175ad6aad3d3b3c76bec5847ee47b2826573235903fc4dc38a381088500dd297abec4afbcfa0d850598d97c6dffcac78b946fc5ee5d518b9fdb

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign